

FMI recomenda reformas para cumprir teto de gastos

Por Juliano Basile e Alex Ribeiro
| De Washington e Brasília

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda que o Brasil avance na agenda de reformas estruturais, reveja o sistema de despesas obrigatórias e práticas de indexação e adote uma trajetória de endividamento de médio prazo "crível" para assegurar o sucesso do teto de gastos públicos nos próximos anos.

Essas são algumas das conclusões de uma missão de assistência técnica do organismo que esteve no Brasil em março, a pedido do governo, para fazer um diagnóstico da implantação do Novo Regime Fiscal (cujas medidas centrais são uma emenda constitucional que congela os gastos em termos reais) e propor medidas para assegurar seu bom funcionamento.

Os técnicos do FMI se reuniram com representantes da área econômica, incluindo Banco Central, da Casa Civil, do Congresso e de

ministérios de outras áreas, como Saúde, Transportes e Defesa.

"A partir de 2020, devido à trajetória esperada das despesas obrigatórias, será difícil para as autoridades cumprir o teto de gastos sem ajustes estruturais adicionais", afirma o documento "Reformas da Gestão Financeira Pública em Apoio à Implementação do Novo Regime Fiscal", divulgado ontem na página do FMI na internet.

Ele lista um total de 18 medidas de curto e médio prazo a serem implementadas pelo Brasil, das quais 7 são classificadas com o mais alto grau de prioridade. A assistência técnica tem o peso apenas de recomendação, já que o Brasil não está vinculado a nenhum programa do FMI.

O FMI defende não apenas a reforma da Previdência, mas também a redução de despesas obrigatórias e a revisão da indexação de despesas específicas. "Ao mesmo tempo, reduzir a rigidez do orçamento pode proteger, ou melhor, aumentar, o

investimento público para enfrentar lacunas na área de infraestrutura", escreveram Fabian Bornhorst, representante do FMI no Brasil, e Teresa Curristine, economista-sênior do departamento de finanças da instituição.

"Embora o controle dos gastos seja a peça-chave para a sustentabilidade fiscal de médio prazo, medidas na área de receita, como a redução das desonerações, podem acelerar a consolidação fiscal", continuaram os autores em texto, veiculado no blog do FMI, que resume as conclusões da missão de assistência técnica.

Para o FMI, o Ministério da Fazenda deve iniciar um exame das despesas obrigatórias e práticas de indexação em 2017, dando prioridade aos que estão acima dos limites da Constituição. Para o ano que vem, a entidade recomenda que sejam promulgadas leis e normas para remover a indexação de gastos.

O FMI também recomenda que, em 2017, o governo fixe metas de





economia e inicie a revisão de despesas em três ministérios. A partir de 2018, seriam estendidas as metas de economia e revisão de despesas a outros cinco ministérios a cada ano. Para 2017, recomenda também o início das revisões de renúncias de receitas e, em 2019, a adoção de providências para limitá-las, ou eliminá-las, progressivamente.

O organismo propõe ainda a adoção do que chama de quadro fiscal de médio prazo (QFMP), o que inclui melhorias nas projeções de variáveis como receitas e a publicação periódica de uma declaração de estratégia fiscal (DEF) para guiar o processo orçamentário. Sugere, ainda, que em 2017 seja adotada uma meta interna para a trajetória do endividamento público para guiar a política fiscal, que seria

formalmente incorporado à DEF em 2019.

Na visão do FMI, o país está saindo de uma situação de profunda recessão e deverá voltar a crescer em 2017. As últimas previsões da instituição para o PIB brasileiro foram de 0,2%, em abril, e de 0,3%, em julho. Na semana que vem, o FMI vai divulgar nova projeção para o PIB do Brasil, em 2017, e a expectativa da Fazenda é de um número superior.

O FMI alertou ainda que a despesa pública com Previdência no Brasil está entre as mais altas do mundo. Em 2015, era equivalente a cerca de 11,3% do PIB. Esse percentual é considerado muito elevado para o perfil demográfico do país.

Encontro marcado com o estouro do teto

RIBAMAR OLIVEIRA

A Carta da Conjuntura deste mês, assinada pelo diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Luiz Guilherme Schymura, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), considera que é preciso que a sociedade se prepare para "o momento bastante provável em que o teto de gastos do Executivo federal será rompido".

Schymura faz esse alerta depois de observar que, mesmo em um cenário em que o Congresso Nacional aprove a idade mínima para a Previdência Social, que o salário mínimo passe a ser corrigido apenas pela inflação e que os gastos com saúde e educação também acompanhem a inflação, ainda assim "o espaço fiscal do gasto discricionário terá desaparecido bem antes de 2025".

Com base nessas alterações no marco institucional e nas projeções do Ibre para as principais variáveis macroeconômicas, o espaço para as despesas discricionárias do Executivo teria que cair de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), para -

1,8% do PIB, em 2025, segundo cálculos da pesquisadora Vilma Pinto, do Ibre/FGV.

Na verdade, o espaço fiscal para os gastos discricionários zeraria já em 2021, de acordo com as projeções de Vilma. Isso significa que, daqui a quatro anos, a máquina pública ficaria inteiramente paralisada, sem recursos para poder oferecer serviços mínimos aos cidadãos - um verdadeiro "shutdown" do governo para usar o termo em inglês muito conhecido nos Estados Unidos.

Em sua Carta, o diretor do Ibre considera que o maior risco de descumprimento do limite das despesas, em uma perspectiva de médio prazo, "parece estar no teto que abriga debaixo de si o Poder Executivo federal", pois os outros Poderes financiam, basicamente, salários e custeio da máquina. "Nestes casos, aumentos salariais reais e contratações líquidas terão daqui para frente que se contrapor a economias no custeio, mas isto não parece impossível de se fazer", diz a Carta.

Para Schymura, o governo não deve tomar, precipitadamente, uma decisão deliberada de descumprir o teto, "porque o custo político e operacional seria muito elevado". Antes que isso aconteça, a Carta diz que "o país chegará a um nível visível e incômodo de paralisação da máquina pública, com cortes crescentes do custeio flexível para compensar o aumento irrefreável das despesas rígidas".

Emenda do teto abre caixa de Pandora de indagações e riscos

Neste momento, diz o texto, "é capaz que a ruptura do teto seja antecipada por um debate nacional sobre o dispositivo constitucional e os deveres do Estado, em meio a protestos e conflitos envolvendo tanto servidores como consumidores dos serviços públicos prejudicados pela contenção de despesas".

Uma vez violado o teto pelo Executivo federal, Schymura observa que entrarão em vigor todas as vedações previstas na emenda





constitucional 95, que criou o limite para o gasto. Ficarão proibidos quaisquer reajustes de salários ou concessão de qualquer tipo de benefício adicional aos servidores civis e militares. O governo não poderá também fazer novas contratações de pessoal, criar ou mexer em carreiras, aumentar ou criar despesa obrigatória, ampliar financiamentos e nem subsídios creditício ou tributário.

Quando essas vedações entrarem em vigor, a Carta diz que várias questões serão levantadas. A primeira delas é saber como será elaborada a proposta orçamentária. Para fazê-la caber dentro do teto, a única forma será prever um nível de despesa que na prática significará a paralisação de grande parte dos serviços públicos.

O texto lembra que os cortes no Orçamento não poderão, no entanto, afetar uma longa lista de direitos constitucionais, como o direito à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

Schymura pergunta como o Executivo, o Legislativo e o Judiciário se comportarão "quando injunções constitucionais colidirem entre si". E questiona: "O Judiciário e, em última

instância, o Supremo Tribunal Federal, na prática ditarão a gestão executiva do país?"

As perguntas não param por aí. É preciso saber qual será a reação das diversas carreiras de Estado, imaginando que ao longo de anos ficarão sem reajuste nominal ou qualquer nova contratação, observa o texto. O cenário será de greves e protestos? Principalmente porque essas categorias são sabidamente poderosas e influentes junto aos demais Poderes. "O Judiciário, em solidariedade a seus colegas, não acabará encontrando brechas e fórmulas para contornar o teto?", questiona. "O Legislativo, de forma similar, não buscará alternativas para flexibilizar as determinações da emenda constitucional 95?"

E o que ocorrerá se, além do Executivo, os órgãos do Poder Judiciário também romperem o teto de gasto? "Este Poder, que tem nas mãos a prerrogativa de interpretar os textos legais e constitucionais, vai assistir de forma passiva e imparcial os seus próprios ganhos e vantagens serem corroídos?", questiona.

Em sua Carta, o diretor do Ibre diz que, com todos os seus inegáveis méritos no equacionamento das contas públicas, "a emenda constitucional 95 abre uma Caixa de Pandora de indagações, incertezas e

riscos". Para ele, "não é preciso ser catastrofista para identificar a possibilidade de que esse dispositivo constitucional venha a acarretar situações de grande turbulência institucional nos próximos anos, e inclusive o risco de judicialização de boa parte da gestão do Executivo federal".

Por fim, o texto diz que "não dá para descartar cenários tempestuosos à frente" e que, embora a torcida seja para que, das inevitáveis turbulências que virão com a emenda constitucional 95, o país consiga sair mais forte e melhor, "ainda é difícil imaginar como isso ocorrerá, sob a perspectiva do momento atual".

A análise feita pelo Ibre fortalece a percepção de vários economistas de que, para reequilibrar as finanças públicas e produzir os superávits primários necessários para estabilizar a dívida em relação ao PIB, não bastará reduzir a despesa. Será inevitável uma elevação da receita, tanto aquela que virá em decorrência da recuperação econômica, como de um aumento da carga tributária.

Ribamar Oliveira é editor executivo e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

TCU pede revisão na estimativa de receita com Refis

Por Murillo Camarotto e Edna Simão | De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) revise para baixo as estimativas para arrecadação com o Programa Especial de Regularização Tributária, mais conhecido como Refis.

De acordo com o TCU, a arrecadação do programa até 31 de agosto estava em R\$ 1,8 bilhão, o que tornaria pouco provável o cumprimento da estimativa do governo para 2017, de R\$ 13 bilhões. Ocorre, no entanto, que a SOF já rebaixou a estimativa do programa para R\$ 8,84 bilhões, conforme consta no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre de 2017.

Os números do Tesouro Nacional também revelam uma contradição nos dados apresentados pelos TCU. De acordo com o Tesouro, somente em agosto deste ano a arrecadação do programa somou R\$ 3 bilhões.

Após participar de audiência pública na Câmara dos Deputados,

o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que fará a revisão da previsão de recebimento de receitas com o Refis e chegará a um número "confiável" e "adequado". "Trataremos isso junto ao TCU para demonstrar o número que identificarmos como sendo o número mais confiável a respeito do Refis".

Mas ajustes na previsão do governo federal também dependem do texto final do novo Refis, que ainda depende de aprovação do Senado. Segundo o ministro, é preciso aguardar o novo relatório de reavaliação de receitas e despesas para saber sobre o possível impacto de uma entrada de recursos menor nos cofres públicos no contingenciamento do Orçamento.

Segundo o ministro, a reavaliação das receitas e despesas pode ser feita a qualquer tempo. "Neste caso, havendo recomendação do TCU, acho mais que razoável que a gente faça essa reavaliação [receitas e despesas] assim que tiver o texto aprovado [texto do Refis no Senado]", contou.

Questionado sobre antecipação de pagamento de empréstimos feitos pelo BNDES junto ao Tesouro Nacional, o ministro afirmou que a área econômica tem até o fim do ano

para avaliar os números do banco e verificar a capacidade de devolução de recursos. Na semana passada, o BNDES repassou R\$ 33 bilhões, mas o governo quer mais R\$ 17 bilhões neste ano.

"O BNDES acabou de aprovar a liberação dos recursos que nós precisamos para este ano. Temos até o fim do ano para avaliar melhor os números e ver se realmente se o BNDES terá ou não capacidade para aportar esses recursos. O fato é que, qualquer decisão que seja aprovada a este respeito, deverá sempre respeitar a capacidade do BNDES e a necessidade de oferta de crédito do BNDES", afirmou o ministro.

Ele ressaltou que, em primeiro lugar, é preciso analisar a demanda de crédito do BNDES para depois avaliar se é possível ter pagamento adiado de empréstimo ao Tesouro Nacional para ajudar no cumprimento da chamada "regra de ouro".

Durante a audiência pública, o ministro repetiu o discurso de que o Brasil já saiu da recessão, defendeu a reforma da Previdência e pediu apoio dos parlamentares para aprovação de Lei de Qualidade Fiscal, do teto do funcionalismo e da nova Lei de Licitações.

Terapia bilionária

Um grupo de empresas estatais entrou na UTI, de acordo com os últimos dados apurados pelo Ministério do Planejamento. Na Eletronuclear, por exemplo, as dívidas cresceram R\$ 4,2 bilhões de 2015 para 2016 — e a empresa não tem outra forma de tapar o buraco nas contas a não ser com novas injeções de dinheiro diretamente do Tesouro Nacional. Tem um passivo a descoberto 1.183% superior à soma dos seus ativos. Na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) o endividamento sem lastro patrimonial subiu 1.035%, passou de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 70,7 bilhões em um ano. Na lista das estatais enfermas destacam-se também Infraero, Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) e Codevasf.

Cargos radioativos

Além das Indústrias Nucleares do Brasil, outra estatal do setor é alvo de assédio político, a Nuclep. Barrado em maio pela Justiça, o pedido de nomeação de Siciliano Francisco, ligado ao deputado Alexandre Valle (PR-RJ), para presidente da estatal foi rerepresentado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. A decisão judicial, de maio, baseou-se em trabalho da comissão interna de elegibilidade, que encontrou 33 motivos, como dívidas trabalhistas, para pôr em dúvida um dos requisitos para a nomeação, a reputação ilibada. O colegiado também vai analisar o nome de Luzenildes Santana de Almeida para a diretoria administrativa. O padrinho é o deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Lucro das estatais cresce 19,6% no 1º semestre, para R\$ 17,3 bi

Sem divulgar dados, governo diz que Correios e Infraero têm piores resultados

Manoel Ventura

-Brasília- As empresas estatais federais lucraram, juntas, R\$ 17,3 bilhões no primeiro semestre deste ano, segundo dados do Ministério do Planejamento divulgados ontem — uma alta de

19,6% frente ao mesmo período de 2016, quando o ganho foi de R\$ 14,5 bilhões. Entre as estatais, porém, quem está em pior situação são Correios e Infraero, disse o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando Soares: — É preciso adequar os Correios, que passam por prejuízos sucessivos. Mas adequar não é acabar com os Correios.

Apesar de apontar Correios e Infraero como os piores resultados, o Ministério do Planejamento não divulgou os números dessas empresas. A pasta afirmou não ter o detalhamento por companhia. O

governo preferiu divulgar o resultado por "estatais selecionadas, classificação que reúne as mais lucrativas: Petrobras, Eletrobras e bancos oficiais.

Além dos Correios, o governo busca alternativas para equacionar os resultados da Infraero, que acumula prejuízos desde o início das privatizações dos aeroportos. Segundo Soares, está em estudo a formação de uma parceria entre a estatal e o setor privado para administrar aeroportos como os de Manaus e Curitiba: — Existem aeroportos muito bons no portfólio da Infraero que, trabalhados conjuntamente com o setor privado, podem gerar mais resultado e apoiar a reestruturação da empresa.

REPASSE DE DIVIDENDOS CRESCE

O Brasil tem 150 empresas públicas federais. São estatais controladas direta e indiretamente pela União, sendo 18 delas totalmente dependentes de recursos do Tesouro Nacional. Os principais

resultados são da Petrobras e dos bancos. Sozinha, a petroleira lucrou R\$ 5,1 bilhões no semestre passado. O Banco do Brasil teve ganho de R\$ 5 bilhões, e a Caixa, de R\$ 4 bilhões. Soares atribuiu o desempenho à realização de Programas de Demissão Voluntária (PDVs), reajustes salariais abaixo da inflação e a estratégia de venda de ativos por parte de Petrobras e Eletrobras. Em comparação com o ano passado, o quadro de pessoal efetivo das empresas foi reduzido em 16.701 pessoas.

O melhor desempenho elevou o pagamento de dividendos ao Tesouro, o que ajuda a reforçar a arrecadação. No primeiro semestre, foram R\$ 5,1 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2016. O endividamento das estatais chegou a R\$ 428 bilhões neste ano, puxado por Petrobras e Eletrobras. Com uma reestruturação em curso, que inclui venda de ativos, a Petrobras deve, sozinha, R\$ 375,8 bilhões (R\$ 299,7 bilhões no exterior). Em processo de privatização, a Eletrobras tem uma dívida de R\$ 45,8 bilhões.

‘Devolução é improvável’, diz presidente do BNDES

Segundo Meirelles, capacidade do banco será respeitada

Gustavo Schmitt e
Bárbara Nascimento

-São Paulo e Brasília- O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, afirmou ontem que é "improvável" que o banco devolva ao Tesouro em 2018 os R\$ 130 bilhões que a União está lhe pedindo para reforçar o caixa do Tesouro e cumprir a meta de déficit nas contas públicas. Em tom irônico, Paulo Rabello afirmou que o banco não tem tantos cheques assim para a "viúva" equilibrar as suas contas. — A devolução em 2018 é materialmente improvável. Esse recurso não vai estar lá e ponto — disse Paulo Rabello, após participar de evento promovido pela Câmara de Comércio Árabe, em São Paulo.

O BNDES já havia se comprometido a devolver R\$ 50 bilhões dos recursos aportados pelo Tesouro neste ano, de um total de R\$ 180 bilhões que o Ministério da Fazenda definiu como necessários

para o cumprimento das metas de déficit em 2017 e 2018.

"PORNOGRAFIA
ECONÔMICA"

Segundo Paulo Rabello, para devolver R\$ 130 bilhões em 2018, o banco teria de "raspar o fundo" do seu caixa, algo imprudente em termos administrativos. — Todo mundo tem algum dinheiro no bolso. Se não tiver, fica muito vulnerável. Além do mais, nós carregamos caixa de terceiros. Portanto, não se pode olhar para o caixa do BNDES e achar que é necessariamente uma disponibilidade — observou.

Durante sua apresentação a empresários da Câmara Árabe, Paulo Rabello também atacou os juros excessivamente elevados vigentes no país: — O juro alto é altamente des-moralizante. É a instalação da pornografia econômica no Brasil.

Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira,

afirmaram ontem que os valores que o BNDES devolverá ao Tesouro em 2018 ainda estão em fase de análise. Ambos minimizaram as reclamações de Paulo Rabello em relação ao impacto da devolução e disseram que a capacidade do banco será respeitada. — Acho normal a defesa aguerrida do interesse direto da instituição pela direção. Estamos todos trabalhando para conseguir o melhor possível. Mas esse processo está em andamento, dentro de um processo de negociação tranquilo, normal. E a decisão final é do conselho do BNDES — explicou Meirelles.

E Oliveira completou: — Eu não me baseio nas interpretações. Nas conversas que nós temos, o tom é sempre muito cordial e construtivo.

Meirelles ponderou que, com o governo trabalhando para que o BNDES tenha taxas mais próximas às de mercado, a tendência é que o banco possa começar a colocar títulos no mercado e fique mais independente do Tesouro.

Declarações de Rabello irritam equipe econômica

Devolução de R\$ 130 bilhões do BNDES para a União está no centro da disputa; dinheiro é necessário para que seja cumprida norma do Orçamento

Idiana Tomazeíi Adriana Fernandes / Brasília e Luciana Coífet / São Paulo

As sucessivas declarações do presidente BNDES Paulo Rabello de Castro mostrando resistência à devolução antecipada de R\$ 130 bilhões em 2018 ao Tesouro Nacional têm causado irritação na área econômica. O governo precisa do dinheiro para cumprir a "regra de ouro" do Orçamento, mas Rabello afirmou ontem que "não tem tanto cheque para passar para a viúva". Ele classificou de "ignorância financeira total" achar que o caixa da instituição financeira é necessariamente sacável.

Os embates nas declarações do governo e do BNDES têm crescido nos últimos dias e provocam saia justa e mal-estar nos bastidores. Para uma fonte da área econômica, o rombo de R\$ 184 bilhões que existe para o cumprimento da norma no ano que vem já está dado e a antecipação é uma questão de necessidade do governo.

Integrantes do banco dizem não conhecer de perto os números da equipe econômica sobre a regra de ouro e ressaltam a necessidade de avaliar a situação do BNDES e a demanda futura por crédito. O argumento da instituição é que uma antecipação significativa agora pode comprometer a capacidade de emprestar quando o País voltar a crescer e a investir.

A regra de ouro impede a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes. Ela está ameaçada por causa dos déficits do governo, que diminuíram a capacidade de investir e ao mesmo tempo aumentaram a necessidade de financiamento.

Seu descumprimento representa crime de responsabilidade das autoridades e pode suscitar pedido de impeachment do presidente da República. O cenário é tão grave que o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu investigação sobre o tema, como revelou o Estadão/Broadcast.

Rabello negociou a devolução de R\$ 50 bilhões neste ano na tentativa de ganhar tempo e conseguir flexibilizar o valor da devolução restante ou buscar fontes alternativas de financiamento. Mas as propostas

apresentadas não foram consideradas viáveis pela equipe econômica.

Com o impasse, Rabello elevou o tom e chegou a dizer que uma contribuição do BNDES para o cumprimento da regra de ouro em 2018 "é muito improvável".

Na avaliação de fonte da área econômica, o presidente do banco "está em campanha" para as eleições de 2018, em referência aos rumores de que ele seria candidato. Com recursos em caixa, o BNDES poderia ter posição mais atuante na aceleração do crescimento do ano que vem.

Sinal nessa direção seria a filiação de Rabello ao PSC, mas ele afirmou que o ato indica apenas um "movimento proativo". "Sou candidato a fazer o melhor possível no BNDES", disse. Para um integrante da área econômica, Rabello "precisa ir embora".

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, minimizou os ataques de Rabello. "Acho normal a defesa aguerrida do interesse direto da instituição pela direção, e estamos todos trabalhando para conseguir o melhor possível." / COLABOROU EDUARDO RODRIGUES

CONJUNTURA »

Investimento cai, dividendo cresce



Dyogo Oliveira, do Planejamento, afirmou que mudanças no programa não foram discutidas com o governo

Estatais reduzem desembolsos para projetos e obras em 18,6%, no primeiro semestre, e aumentam repasses de lucros para a União

ROSANA HESSEL

As estatais reduziram os investimentos e, com isso, engordaram os cofres da União com mais dividendos. De acordo com o boletim trimestral das estatais divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento, os investimentos das 150 companhias controladas direta ou indiretamente pelo governo somaram R\$ 23,6 bilhões no primeiro semestre de 2017, valor 18,6% menor do que o registrado

em 2016.

O montante representa 25,8% dos R\$ 91,5 bilhões previstos nos orçamentos das estatais para este ano. No mesmo período do ano passado, as empresas do governo haviam investido R\$ 29 bilhões, 38,1% dos R\$ 76,2 bilhões autorizados.

A queda nos investimentos ajudou a melhorar os balanços neste ano, admitiu o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Ribeiro Soares. “Mas não diria que a queda dos

investimentos seria suficiente para explicar o aumento da lucratividade. As empresas estão focadas em reestruturar os quadros para depois retomar as atividades”, destacou.

No primeiro semestre, foi registrado resultado positivo de R\$ 17 bilhões nos cinco grandes grupos de estatais — Eletrobras, Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) —, o que ajudou a ampliar a receita da União com dividendos em mais de 50% neste ano. Até junho, foram repassados ao governo R\$ 5,1 bilhões, dado superior aos R\$ 3,7 bilhões pagos em 2016.

O total de estatais passou de 151 para 150 entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano e, segundo Soares, até o fim do ano, é possível que esse número seja reduzido, pois mais seis distribuidoras de energia, pelo menos, devem ser privatizadas. Em 2016, havia 154 estatais.

No entanto, o secretário admitiu a possibilidade de criação de uma empresa para absorver as operações de navegação aérea da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Ele contou que a Sest está desenvolvendo modelagem para buscar parcerias com a iniciativa privada nas operações de aeroportos





estratégicos da companhia, como Manaus, Curitiba e Santos Dumont (RJ), a fim de gerar valor para sustentar a estatal. “Os estudos ainda estão na fase embrionária”, disse.

Enxugamento

Mais de uma dezena de Programas de Demissão Voluntária (PDVs) estão em curso e, em algumas empresas, como a Infraero, são permanentes, de acordo com Fernando Soares. Entre dezembro de 2016 e junho deste ano, o número de trabalhadores das estatais reduziu-se em 16.701, para 516.375, dado próximo ao de 2011. “Os programas estão sendo bem-sucedidos e, em sete meses, já estão se pagando e se transformando em economia para as empresas. Esse tipo de reajuste está sendo feito em várias estatais, como a Petrobras em uma estratégia clara de desinvestimento”, afirmou.

Refis: débitos de igrejas são a nova polêmica

ALESSANDRA AZEVEDO

A Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, a medida provisória que cria o novo Refis, mas está longe de ter chegado a um consenso com o governo sobre o texto ideal para o programa de parcelamento de dívidas tributárias com a União. Cientes de que o mandato do presidente Michel Temer está novamente nas mãos deles, os deputados inseriram na MP várias mudanças, como a possibilidade de igrejas negociarem débitos e o aumento de 25% para 100% no desconto dos encargos legais e honorários advocatícios. “As mudanças não foram discutidas com o governo”, confirmou ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em audiência pública na Câmara.

Com as alterações, os deputados acabam ameaçando o andamento do Refis, que ainda precisa ser analisado pelos senadores. O mais provável é que o Executivo aceite o texto da forma que ele sair do Congresso — o importante é que isso ocorra até a próxima terça-feira, quando a MP perde a validade. “Esse é o preço que o governo está pagando pela primeira denúncia: tornar-se refém do centrão”, avaliou o analista político Thiago Vidal, da Prospectiva Consultoria.

Dyogo Oliveira lembrou que o governo depende da aprovação final do Refis para “chegar a um número confiável” sobre o ganho de receita com o programa, que, certamente, será menor que os R\$ 13 bilhões esperados inicialmente.

Os embates não ficam apenas entre deputados e governo. Ontem, o relator da matéria no Senado, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), garantiu que não aceitará o benefício às igrejas nem às instituições de ensino vocacionais. Se o plenário concordar com ele e decidir pela “reversão da mudança”, a MP precisará voltar à Câmara. Aumentam, assim, as chances de que não seja possível transformá-la em lei dentro de prazo aceitável. Caso isso aconteça, o Refis deixará de valer e o governo terá que começar um novo, do zero.

Para facilitar o andamento, há a possibilidade de o governo negociar com os senadores para que o teto fique como está, comprometendo-se a vetar os pontos de discordância. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu ontem que o veto ao texto “sempre é possível, dependendo da evolução do assunto”. Segundo ele, “é muito importante deixar claro para os contribuintes, e às empresas, em particular, que não é um bom negócio atrasar imposto”.